

Artigo

POLÍTICA CULTURAL DE BASE COMUNITÁRIA: O CULTURA VIVA E O IBERCULTURA VIVA COMO EXERCÍCIOS DE DIPLOMACIA CULTURAL

Deborah Rebello Lima¹
DOI: 10.29327/2336496.8.2-17

Resumo: O esforço deste artigo é oferecer contribuições na análise de um exemplo de cooperação internacional, o IberCultura Viva, vislumbrando os eixos programáticos da ação com outras políticas nacionais, marcadamente, o exemplo brasileiro: o Programa Nacional Cultura, Arte, Educação e Cidadania, criado em 2004 e institucionalizado como política pública em 2014: Política Nacional de Cultura Viva. Considera-se que o exemplo aqui retratado percebe de forma importante esta nova relação entre Estado e sociedade e a necessidade que se construiu de oferecer políticas culturais com olhar atento para as práticas e saberes comunitários. As bases de inspiração do modelo Iber aqui analisado, dão conta deste cenário e trazem uma nova camada de reflexão sobre o objetivo de um programa de cooperação internacional: contribuir para a potência de práticas na esfera dos sujeitos e não apenas (ou prioritariamente) na dinâmica das políticas ou administrações centrais de cada um dos países envolvidos.

Palavras-chave: Cultura Viva; IberCultura Viva; políticas culturais latino-americanas; cooperação internacional

POLÍTICA CULTURAL COMUNITÁRIA: CULTURA VIVA E IBERCULTURA VIVA COMO EJERCICIOS DE DIPLOMACIA CULTURAL

Resumen: El objetivo de este artículo es ofrecer contribuciones para el análisis de un ejemplo de cooperación internacional, IberCultura Viva, vislumbrando los ejes programáticos de acción con otras políticas nacionales, en particular, el ejemplo brasileño: el Programa Nacional de Cultura, Arte, Educación y Ciudadanía, creado en 2004 e institucionalizado como política pública en 2014: Política Nacional de Cultura Viva. Se considera que el ejemplo aquí retratado comprende de manera importante esta nueva relación entre Estado y Sociedad y la necesidad que se ha construido de ofrecer políticas culturales con una mirada cercana a las prácticas y saberes comunitarios. Las bases de inspiración del modelo Iber aquí analizadas dan cuenta de este escenario y aportan una nueva capa de reflexión sobre el objetivo de un programa de cooperación internacional: contribuir a la potencia de las prácticas en el ámbito de los sujetos y no solo (o principalmente) en la dinámica de las políticas o administraciones centrales de cada uno de los países involucrados.

Palabras clave: Cultura Viva; IberCultura Viva; Políticas Culturales Latinoamericanas; cooperación internacional.

COMMUNITY-BASED CULTURAL POLICY: CULTURA VIVA AND IBERCULTURA VIVA AS AN EXERCISE IN CULTURAL DIPLOMACY

Abstract: The aim of this article is to offer contributions to the analysis of an example of international cooperation, IberCultura Viva, envisioning the programmatic axes of action with other national policies, notably the Brazilian example (the National Program for Culture, Art, Education and Citizenship, created in 2004 and institutionalized as a public policy in 2014: National Policy for Living Culture). It is considered that the example portrayed here understands in an important way this new relationship between State and Society and the need

¹Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Departamento de Artes e Vice-Coordenadora do Bacharelado em Produção Cultural da Universidade Federal do Paraná, Brasil. E-mail: deborahrebello@ufpr.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9838154979199581>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-4598-5347>.

that has been built to offer cultural policies with a close look at community practices and knowledge. The bases of inspiration of the Iber model analyzed here account for this scenario and bring a new layer of reflection on the objective of an international cooperation program: to contribute to the potency of practices in the sphere of the subjects and not only (or primarily) in the dynamics of the central policies or administrations of each of the countries involved.

Keywords: Cultura Viva; IberCultura Viva; Latin American Cultural Policies, international cooperation.

Introdução

O corte contemporâneo de políticas culturais, especialmente as desenvolvidas na (e para a) América Latina acenderam um debate fundamental: a redefinição da relação entre Estado e Sociedade Civil pois, como sugeriu García Canclini (1990, p. 26), a política cultural é um: *“conjunto de intervenciones realizadas por el Estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social”*. Podemos ponderar que o acionamento de termos e conceitos que privilegiam a defesa e valorização da diversidade cultural dos territórios; a autonomia e respeito a manifestações tradicionais dos grupos sociais e o pleno exercício dos direitos culturais, não restritos à fruição de práticas e saberes, mas também vinculados à possibilidade de participação nas decisões dos rumos do campo; reforçam que a relação entre agentes sociais e públicos também precisa ser analisada por novos prismas. Neste sentido, o esforço deste artigo é oferecer contribuições na análise de um exemplo de cooperação internacional, o programa IberCultura Viva, vislumbrando as relações entre os eixos programáticos da ação e outras políticas nacionais, marcadamente, o exemplo brasileiro: o "Programa Nacional Cultura, Arte, Educação e Cidadania" - criado em 2004 e institucionalizado como política pública em 2014 -, mas sem perder de vista o diálogo com outros exemplos que vinham sendo gestados e organizados no continente.

Considera-se que o caso aqui retratado percebe de forma importante esta nova relação entre Estado e sociedade e a necessidade que se construiu de oferecer políticas culturais com olhar atento para as práticas e saberes comunitários. As bases de inspiração do modelo de cooperação ibero-americano, analisado aqui a partir do IberCultura Viva, dão conta deste cenário e trazem uma nova camada de reflexão sobre o objetivo de um programa de cooperação internacional: contribuir para a potência de práticas na esfera dos sujeitos e não apenas (ou prioritariamente) na dinâmica das políticas ou administrações centrais de cada um dos países envolvidos.

Para tanto, o esforço empreendido aqui vincula-se a uma análise da formação do IberCultura Viva, ponderando especialmente sobre a influência brasileira em sua criação. Vincula-se, neste debate, como o conceito Cultura Viva está entremeadado por dinâmicas de reconhecimento de práticas culturais como um mecanismo potente de valorização da diversidade cultural - na chave, inclusive, proposta pela Convenção UNESCO de 2005 -, bem como um poderoso instrumento de diplomacia cultural e de fomento a múltiplos arranjos de relações culturais internacionais. Além do histórico de construção do programa, serão analisados os relatórios de gestão disponibilizados, com o intuito de ponderar o histórico do programa de cooperação, utilizando como fontes essenciais: os informes PIPA - Programas, Iniciativas e projetos adstritos da cooperação Ibero-Americana entre os anos de 2014 e 2022; e as reuniões do conselho intergovernamental do IberCultura Viva, que também realizou atividades de forma contínua no período. Vale enfatizar que o IberCultura Viva completou dez anos de existência em 2023 e, em 2024, alcançará 10 anos de operação efetiva. Fazer um balanço desta magnitude contribui para um quadro analítico potente das políticas culturais latino-americanas. Ao mesmo tempo, visamos contribuir com o debate sobre experiências locais que estimulam a reflexão sobre disputas contra-hegemônicas nas políticas culturais, as necessidades e especificidades territoriais e a potência organizativa de múltiplos grupos sociais latino-americanos.

1. Cultura e democracia

Partimos da concepção ampliada de cultura, para além da sua relação com as artes, em sua importância para a transformação social, como ressalta Víctor Vich (2015). Por mais que os estudos, em especial do campo da Antropologia, já venham buscando consolidar esse sentido ampliado da cultura, ligada aos valores, crenças, costumes e modos de vida; ainda se percebe a permanência de visões redutoras sobre a noção de cultura, especialmente quando se observa a construção de políticas para o setor, marcadamente durante os anos 1980-1990. Naquele período, a tônica principal das políticas culturais, especialmente no Brasil, indicava uma concepção de cultura estritamente ligada às artes, sobretudo às artes canônicas e consolidadas. Tal visão contribuiu para que os diversos sujeitos sociais não se percebessem como produtores de cultura e mesmo não considerassem suas práticas como práticas culturais. Isto tende a inviabilizar que os diferentes sujeitos e grupos disputem políticas públicas de cultura apoiadas na diversidade cultural, no reconhecimento das diversas e diferentes práticas,

e mesmo que os sujeitos se percebam como construtores e partícipes das políticas, não apenas as culturais. Voltaremos a estes pontos mais adiante.

Néstor García Canclini em texto de 1987² já asseverava que cultura pode ser definida como "o conjunto de processos a partir dos quais a significação das estruturas sociais é elaborada, reproduzida e transformada por meio de operações simbólicas" (García Canclini, 2019, p. 55). Portanto, o autor retirava a cultura de sua ligação estrita com as artes ao reforçar sua acepção antropológica, o que, ainda segundo García Canclini (*idem*), "torna possível vê-la como parte da socialização das classes e dos grupos na formação das concepções políticas e no estilo que a sociedade adota quanto às diferentes linhas de desenvolvimento". Neste mesmo texto, o autor definiu políticas culturais (como já apontamos) para além das ações governamentais. Tal concepção serviu de base para os estudos das políticas culturais e para embasar a noção de gestão compartilhada da cultura e de suas políticas desde então: todos construímos políticas culturais e disputamos agendas a serem implementadas pelas políticas públicas de cultura.

A cultura concebida a partir das perspectivas aqui apontadas reforça a capacidade/possibilidade de que ela seja entendida como forma de transformação social, e até mesmo contribua para a desconstrução de bases opressoras que também constituem as bases culturais, agindo na perspectiva de *desculturalizar* a cultura - como apontado por Víctor Vich ([2014] 2022). Pensar as políticas públicas de cultura pela sua potência contra-hegemônica é também ponderar o papel do Estado como um mediador de processos sociais e o agente público como um "agente" que atua na realidade social dos territórios, como também ilustra Vich (2022). O caso retratado aqui, com forte acento para dinâmicas territoriais e de grupos comunitários, reforça a possibilidade de se repensar os contornos das políticas públicas de cultura na chave contemporânea com enfoque protagonista na dimensão do exercício de direitos culturais.

Esta dimensão da cultura de base comunitária, política e cidadã encontrou eco nas políticas federais de cultura no Brasil a partir de 2003, durante os dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em especial o período que teve Gilberto Gil como ministro da pasta cultural. A gestão do ministro Gil buscou assegurar a cultura a partir de uma tríplice dimensão: simbólica (as práticas culturais em perspectiva polifônica e antropológica),

²Texto publicado como uma introdução ao livro *Políticas Culturales en América Latina*, traduzido e integrado ao livro organizado por Renata Rocha e Juan Ignacio Brizuela em 2019 intitulado *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões* (García Canclini, 2019).

econômica (o potencial de desenvolvimento econômico e de geração de renda, para além da lógica vigente ligada principalmente aos mercados hegemônicos) e cidadã (cultura como um direito - de fruição, de criação e produção, e também de participação no planejamento das políticas públicas). Uma das principais ações programáticas da gestão de Gilberto Gil foi o Programa Cultura Viva com seus *pontos de cultura* – uma alusão à metáfora utilizada por Gil em seu discurso de posse: promover um verdadeiro “do-in antropológico” (ver Calabre; Lima, 2014). Segundo trecho descrito abaixo, em especial o segmento grifado:

Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou mentefatos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade. Porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável. Porque, ao investir nas condições de criação e produção, estaremos tomando uma iniciativa de conseqüências imprevisíveis, mas certamente brilhantes e profundas - já que a criatividade popular brasileira, dos primeiros tempos coloniais aos dias de hoje, foi sempre muito além do que permitiam as condições educacionais, sociais e econômicas de nossa existência. Na verdade, o Estado nunca esteve à altura do fazer de nosso povo, nos mais variados ramos da grande árvore da criação simbólica brasileira. (...)

O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial. Tenho, então, de fazer a ressalva: não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. **No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de "do-in" antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país.** Enfim, para avivar o velho e atiçar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta (Gil; Ministério da Cultura, 2003, p. 2).

É pertinente indicar, por exemplo, que o programa IberCultura Viva, analisado neste artigo, se vincula de maneira proeminente ao que se construiu conceitualmente como ideário de políticas públicas de cultura com ênfase em dinâmicas territoriais e comunitárias. Sendo especialmente relevante a ênfase no protagonismo e na autonomia dos sujeitos e a promoção da diversidade cultural. Na seção seguinte, apresentaremos, com mais riqueza de detalhes, o Programa Cultura Viva, chave para a criação do IberCultura Viva.

2. Cultura Viva: um ponto de virada programática

A chegada de Gilberto Gil na gestão do Ministério da Cultura no Brasil representou uma mudança programática importante: a redefinição do conceito de cultura e do papel do Estado, como ilustra o trecho do discurso sinalizado anteriormente. Lima (2020) define que as alterações empreendidas na gestão foram percebidas nas seguintes dimensões: programática, estrutural e na criação de garantias regulatórias ao setor. Para o debate proposto neste artigo, enfatiza-se a importância da vertente programática desta nova gestão. As transformações citadas foram o fundamento essencial para a criação de novas formas de investimento e atuação governamental no setor e uma nova tipologia de diálogo entre Estado e sociedade civil. Inúmeras políticas e ações governamentais foram criadas no período com o intuito de dialogar com essa nova matriz de reflexão sobre políticas públicas de cultura, o Programa Arte, Educação e Cidadania - Cultura Viva, criado em 2004 por meio da portaria ministerial nº 156 do Ministério da Cultura, delineava como objetivo em seu artigo 1º:

Criar o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA, com o objetivo de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade (Minc, 2004, p. 1).

A ação foi lançada como um edital para a seleção de cinquenta organizações sociais espalhadas pelo território brasileiro com o intuito de apoiar atividades programadas de forma autônoma e que refletissem o diálogo com as comunidades em que estavam inseridas. Na prática, a ação governamental significou uma estrutura de fomento para organizações sociais comunitárias que, em sua maioria, não estavam inseridas em grandes circuitos de produção e circulação simbólica - entendendo circuitos como define José Joaquín Brunner (1985a, 1985b *apud* Lima; Rodrigues, 2014).³

Rapidamente a ação ganhou corações e mentes e foi se expandindo pelo Brasil. Ainda que ancorada em um processo de gestão simples - a concessão de recursos para gestão autônoma -, ela acionou dinâmicas pouco aplicadas no país: a inclusão de sujeitos no acesso a recursos públicos no setor cultural, a circulação e o fomento a práticas culturais de base comunitária, a valorização de práticas simbólicas ancestrais, periféricas, comunitárias, dentre inúmeras outras matrizes da diversidade cultural do país. Os partícipes da política rapidamente passaram a se reconhecer e autointitular como “ponteiros” e a propor novas

³ Brunner aponta reflexões na perspectiva de se construir aportes avaliativos das políticas culturais, sugerindo uma matriz de diagnóstico que cruze as instâncias organizativas dos circuitos (mercado, administração pública e comunidade) com os quatro tipos de agentes que ele identifica: produtores profissionais; empresa privada; agência pública; e associação voluntária. Cada “cruzamento” matricial (instância versus agente), o autor entende como um circuito, com seu sistema próprio de produção cultural.

formas de agenciamento e gestão, baseados na lógica do compartilhamento de responsabilidades entre Estado e grupos sociais. Da mesma maneira, a experiência chamou a atenção de estudiosos do tema, de outros países e de organismos internacionais. Como sinalizado por Lima (2013, p. 72), “a construção do ideário acerca desta política é baseada em diversos discursos: poéticos, políticos, acadêmicos, societários.” Reforça-se, com isso, que a gestão empreendida pelo modelo brasileiro trouxe novos aportes para a agenda governamental da região e para a reflexão sobre outros modelos de políticas públicas no campo cultural.

O êxito e disseminação do modelo brasileiro proporcionou dois movimentos bastante interessantes: primeiro, a necessidade de se pensar alternativas que assegurassem a continuidade deste programa governamental de forma institucionalizada (garantindo o exercício de direitos culturais aos brasileiros); em segundo lugar, o amplo interesse de outros países latino-americanos em criar ou colocar em diálogo suas experiências de políticas públicas de base comunitária com o caso vivido no Brasil. Tais esforços proporcionaram duas frentes importantes. No âmbito interno, e em diálogo com o percurso de institucionalização do setor no país, esforços societários relevantes foram feitos com o propósito de aprovar uma legislação que garantisse a institucionalidade do programa: em 2014, dez anos após sua criação, foi aprovada a lei 13.018 que permitiu a criação de Política Nacional de Cultura Viva (PNCV). A institucionalização foi importante politicamente, mas não garantiu a pujança da ação no país, que sofreu com severas reduções de recursos e espaço político nacionalmente a partir de 2015. No âmbito externo, o amplo interesse pelo modelo foi percebido em distintas esferas, detalhadas na seção seguinte.

3. Diversidade, reconhecimento e participação social - contribuições conceituais para e a partir do IberCultura Viva

O tema da diversidade cultural assumiu centralidade na agenda pública de países em desenvolvimento e também na América Latina, como o Brasil, Argentina e Colômbia, entre outros. Embora se perceba variações importantes em suas pautas de reconhecimento - da diversidade de práticas culturais às afirmações identitárias de gênero, raça, território etc.; considera-se que o conceito foi um importante alicerce para a agenda de políticas públicas de cultura do início dos anos 2000. Além de buscar fortalecer e reafirmar a noção de diversidade cultural e de participação social presentes nos exemplos retratados neste artigo, reforçamos aqui a questão acionada por Nancy Fraser (2006) ao chamar atenção para o fato de que as

premissas do reconhecimento multicultural não são plenas sem justiça social. Justiça social e garantia de direitos devem se complementar para assegurar o reconhecimento multicultural efetivo. No caso brasileiro, historicamente, os direitos culturais são incluídos na nossa Constituição Cidadã (a Constituição Federal de 1988), porém, a prática política cotidiana sinaliza que é um rol de direitos ainda em disputa, a serem efetivamente garantidos pelo estado brasileiro. (Re)Conhecer realidades a partir de discursos e expectativas polifônicas é avançar nesta ruptura e a PNCV pode contribuir sobremaneira com tal questão.

Indica-se, com isso, que o exercício de política pública oferecido a partir do caso brasileiro coloca em evidência a potência da associação entre agentes culturais, e a possibilidade de incentivo e garantia de meios de representação por parte do Estado, como focos de um novo modelo de desenvolvimento cultural. Tal movimento, internamente, produz efeitos importantes na cultura política dos grupos comunitários envolvidos. Afinal, o incentivo à autonomia dos sujeitos como centralidade da prática cultural retira o vício paternalista e tutelar de políticas baseadas no reconhecimento, mas também no “congelamento” de práticas. Fazemos eco às palavras do idealizador do Cultura Viva, Célio Turino (2010, p. 200):

Escutar mais e assumir uma postura mais humilde e menos impositiva quanto à proposição e execução de programas faz a administração pública crescer e a coloca no importante papel de articuladora de recursos e potencialidades. Com isso, podemos romper com a ideia do Estado onipresente e autoritário, reconhecendo na sociedade – e em todos os cidadãos - a principal fonte de produção da cultura. Este é o caminho que, ao longo de cinco anos, busquei trilhar com o programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura.

Queremos, com isso, reforçar que o campo das políticas culturais deve criar condições de expressão para todos os sujeitos sociais em seus mais diversos universos simbólicos, satisfazendo e ampliando repertórios estéticos e relacionais, e reforçando condições de coesão social. Sublinhamos que ainda tem se mostrado necessário retirar a compreensão sobre cultura de sua suposta ligação somente com a arte, a determinados padrões e valores estéticos e/ou apenas à valorização de determinadas práticas e concepções de mundo. Como sinalizado por Luiz Augusto Rodrigues (2014, p. 9):

A compreensão de uma ampla visão que articula a a gestão de compartilhar a cultura e a arte enquanto produção de sentido, bem como elemento de coesão e de sociabilidade deve abarcar os distintos atores sociais: aqueles que operam no campo da gestão institucional; os agentes mediadores de grupos culturais; produtores executivos responsáveis dos comércios entre produção/criação e usufruto dos bens culturais; os temas sociais em seu conjunto. Quer dizer, deve ser a visão ampla da cultura que deve estar presente nos valores dos secretários, dos diretores de espaços culturais e equipes, nós, membros dos conselhos e outros órgãos da área, os ativistas culturais vinculados a grupos e entidades, bem como em seu próprio tema da criação

cultural/produção. Na produção cultural onde seus agentes operam nesta dimensão, há a possibilidade de uma dimensão constitutiva e não apenas estabelecida (a priori).⁴

Pensar o percurso de transbordamento de fronteira deste ideário e a construção de um programa de cooperação internacional que fomenta o intercâmbio de práticas culturais entre distintos países é um exercício interessante e aprofundado na seção seguinte:

4. Perspectivas latino-americanas de cultura viva de base comunitária e a criação do Programa IberCultura Viva

O Cultura Viva foi um programa que se iniciou timidamente, em 2004, cresceu exponencialmente e deu lugar a uma política institucionalizada e operada em escala nacional, a PNCV. Tal política despertou interesse e fascínio no país, bem como em outros países e organismos multilaterais. No desenvolvimento da ação, houve o que se pode denominar como transbordamento de fronteira. No que tange ao olhar internacional, é interessante destacar três movimentos importantes, que garantiram a projeção do tema para além do território brasileiro: 1º) a iniciativa de grupos da sociedade civil; 2º) a proposta de outras políticas inspiradas no ideário da brasileira por governos de outros países e 3º) a iniciativa de criação de um programa de cooperação internacional via organismo multilateral, a OEI (Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura) e a SEGIB (Secretaria-Geral Ibero-Americana). Vejamos a seguir, brevemente, cada um desses percursos.

No que diz respeito ao movimento realizado por grupos da sociedade civil, destaca-se a construção da Plataforma Puente, em 2010, reunindo mais de cem organizações da sociedade civil de toda América Latina em torno da defesa de pautas e movimentações sobre a construção de programas e ações governamentais inspiradas no ideário de uma “política de cultura viva” em seus países. Nesse sentido, houve o que se pode definir como o contágio de agenda, uma espécie de partilha conceitual dos ganhos com o investimento em uma política essencialmente territorializada e a própria sociedade civil de outros países passou a pressionar seus governos locais.

Além do enfoque social, é interessante perceber como o tema foi sendo absorvido pelas agendas públicas de países, marcadamente da América Latina, através de ações governamentais (mais ou menos institucionalizadas): Argentina (2010, Programa Nacional de Puntos de Cultura), Colômbia (2011, Programa Cultura Viva Comunitária na Cidade de

⁴ Tradução livre dos autores.

Medelín), Peru (2012, Registro Nacional de Pontos de Cultura), El Salvador (2015, programa Pontos de Cultura), Costa Rica (2015, primeira convocatória para pontos de cultura com amparo na Ley General de Culturas) e Perú (2016, Ley de Promoción de Pontos de Cultura).

Em terceiro enfoque, destaca-se o movimento de criação de um programa de cooperação, inspirado nos aportes conceituais previstos no caso brasileiro. No âmbito da 23ª Cúpula Ibero-americana de chefes de Estado e de governo, realizada no Paraná, em 2013, foi aprovado o programa IberCultura Viva, no qual são signatários atualmente os seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Espanha, México, Paraguai, Peru e Uruguai, fruto de proposição da Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB) e do governo brasileiro. Apresentando o objetivo principal de fortalecer as culturas vivas de base comunitária a partir da promoção de políticas públicas e do desenvolvimento de ações que promovam a cidadania e a colaboração e cooperação ibero-americana, o programa foi um capítulo importante de reforço a políticas e ações de base comunitária existentes no território latino-americano. Caracterizou-se, especialmente, pela ênfase na colaboração técnica e financeira entre os países membros com interesse no incremento de ações de base comunitária nos territórios.

O contexto de inspiração e fomento à criação do IberCultura Viva dá conta de um certo encantamento político vivido a partir da experiência brasileira, como descrito na seção anterior. No entanto, alguns outros eventos ou fatos históricos relevantes podem ser apensados neste percurso de contágio de agenda. Por exemplo, durante o Fórum Social Mundial, realizado no Brasil em 2009, houve um engajamento bastante importante de movimentos sociais em apresentarem as experiências de políticas de chave comunitária vividas nos países do Cone Sul, marcadamente Brasil e Argentina.

Da mesma maneira, ainda em 2009, foi realizado o II Congresso Ibero-Americano de Cultura pela OEI, no estado de São Paulo, ação vinculada à Carta Cultural Ibero-Americana, aprovada em Montevideu em 2006. Cabe ressaltar que a Carta é um importante instrumento de valorização da temática cultural no leque de debate da cooperação internacional. Sendo um documento com caráter inovador, por ser o primeiro instrumento internacional seguindo os dispositivos da Convenção da UNESCO de 2005 sobre proteção e promoção das diversidades culturais, Os objetivos descritos na carta reforçavam o valor da cultura, a diversidade cultural, os intercâmbios e diálogo interculturais e a urgência de fomento, proteção e patrimônio cultural (material e imaterial). Nesse sentido, cabe enfatizar, que o II Congresso

Ibero-Americano de Cultura, realizado em São Paulo, representou um momento em que os dispositivos da Carta e seu programa foram especialmente debatidos por representantes dos países participantes. O evento possibilitou, inclusive, que quinze autoridades presentes assinassem, conjuntamente, a "Declaração de São Paulo", a qual, dentre várias temáticas importantes que gravitam em torno da agenda de valorização de ações e políticas culturais, incluía explicitamente a proposta de apoiar o movimento brasileiro de criação do IberCultura Viva, fruto da experiência de base comunitária vivida no Brasil (artigo 22). Tais movimentos foram especialmente importantes para o engajamento político em torno da criação do IberCultura Viva.

Reforça-se, com isso, o protagonismo brasileiro na construção de uma política cultural que teve como foco prioritário a população brasileira no país, mas que alcançou novas dinâmicas e se relacionou de maneira evidente com a política cultural exterior do país, nos moldes defendidos pelos autores Edgard Telles Ribeiro (1989, 2011) e Mônica Lessa (2004; 2011), por exemplo.

Aqui nos parece importante ressaltar a projeção brasileira no âmbito internacional durante os dois primeiros mandatos de Lula da Silva, em um esforço de ação conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores e da Cultura. Em um franco exercício de uma forma de relações culturais internacionais denominada "diplomacia cultural", em que o Estado, por meio do Ministério das Relações Exteriores, como no caso brasileiro, é o principal agente de sua política cultural no exterior. A busca de projeção na cena internacional fez com que o Brasil utilizasse de um programa que alçava sucesso domesticamente para a cooperação internacional no âmbito da cultura, em um claro convencimento de que as manifestações culturais têm papel importante na representação de uma nação, que busca, também, realizar finalidades específicas, não apenas no campo cultural, como também político, comercial e econômico, como bem ressaltou Ribeiro (1989, 2011). Exportar o Programa Cultura Viva nos parece, assim, uma forma de sublinhar os valores nacionais articulados no período em uma estratégia brasileira de busca de projeção no cenário internacional de forma mais ampla.

Entende-se, portanto, que, assim como o Programa Cultura Viva na esfera nacional foi ganhando mais espaço político pelo incentivo à participação social como uma chave para o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, o mesmo se deu na estrutura formativa da proposta de cooperação Ibero-americana. Reforça-se, portanto, ambos os movimentos como esforços brasileiros no intuito de estabelecer ações dentro do país e em

colaboração internacional na chave proposta pela Convenção de Proteção, Promoção da Diversidade de Expressões Culturais, aprovada no foro da Unesco em 2005 e ratificada pelo governo brasileiro no ano seguinte.

Neste sentido, Emiliano Fuentes (ex-secretário executivo da unidade técnica do Programa IberCultura Viva) (2018) reforça essa dimensão relevante da ação de cooperação internacional proposta como um catalisador para outra forma de interação entre Estados e grupos sociais comunitários contemporaneamente, algo previsto no evento de inspiração proposto no Brasil e em várias outras políticas públicas que apresentaram como chave programática a valorização de práticas, saberes e pertencimentos comunitários. Segundo Fuentes:

Como mencionaba antes, probablemente el rasgo más sobresaliente de las políticas culturales que inspiraron la creación del programa IberCultura Viva es el enfoque diferencial que proponen sobre la relación entre gobiernos y movimientos sociales. En estos casos, para ambos sectores pasa a ser vital la idea de la construcción conjunta de las políticas públicas. Además, se ratifica la centralidad del Estado para la dinamización, desarrollo y equilibrio del sector cultural, que también es reconocido como diverso, plural, desigual y, en algunos aspectos, hasta contradictorio. Este enfoque permitió la emergencia de nuevos diálogos y nuevas articulaciones. Allí los movimientos sociales encontraron un espacio fértil para su reconocimiento como actores activos en la disputa de las políticas de cultura, y los gobiernos, un laboratorio para el ensayo de nuevas formas de participación y gestión de los programas que administran (Fuentes, 2018, p. 205).

Tratar de cooperação internacional pelo prisma dos sujeitos, da prática comunitária, das singularidades e especificidades territoriais não é efetivamente um desenho corriqueiro. Esta especificidade do caso retratado reforça novas dinâmicas deste percurso de interação entre distintos Estados-Nação, de movimentos de reconhecimento e fomento a práticas culturais identitárias e, em alguma medida, também exercícios de diplomacia cultural ancorados em questões presentes nas políticas culturais contemporâneas. Tendo em vista que transmissão dos costumes, valores e ideias, é possível à medida em que o país define aquilo que considera mais relevante ou estrategicamente eficiente para representar-se no exterior (Ferreira Menezes, 2011), entende-se, também, que o Cultura Viva foi instrumentalizado a fim de garantir a promoção brasileira a partir da cultura junto a seus pares na América Latina.

Desta forma, como era de se esperar, a implementação do Programa IberCultura Viva ficou a cargo da articulação brasileira, com a realização das primeiras reuniões de trabalho e planejamento já em 2014. Naquele contexto, fundiam-se os cenários de reflexão e gestão do programa nacional e da ação de cooperação internacional. Por exemplo, a primeira reunião

Ibero aconteceu como uma das atividades paralelas da Teia da Diversidade⁵, ocorrida em 2014, em Natal – Rio Grande do Norte.

A experiência empreendida neste estudo de caso é especialmente interessante por ser fruto de política pública desenvolvida pelo governo brasileiro em escala nacional e que ganhou grande interesse de outros países na América Latina. A experiência IberCultura Viva é um capítulo no exercício de cooperação internacional focado na dimensão cultural e na percepção deste com um direito, retomando as palavras de Machado (2017) nesta mesma direção: **“a cooperação cultural é um direito e um dever de todos os povos e de todas as nações, que devem compartilhar o seu saber e os seus conhecimentos”** (Machado, 2007, p. 9).

Se a ação realizada pelo governo brasileiro já fora ancorada pela valorização de práticas e saberes culturais na perspectiva do amplo exercício de direitos culturais a transformação desta abordagem em uma ação de cooperação internacional, funcional como uma especial potência para o reconhecimento de práticas e fazedores de cultura. Pondera-se, portanto, que o exemplo retratado possui uma característica importante, o foco nos sujeitos e nas práticas artísticas e não na política cultural em escala nacional. Como pondera Lia Calabre (2017), a ênfase no fomento desta ação de cooperação internacional ancora-se na visão proposta pelo próprio programa de inspiração, o Cultura Viva, a noção de que contemporaneamente a relação entre Estado e sociedade deve ser pautada por bases participativas que fomentem uma efetiva valorização da diversidade cultural.

Vale enfatizar que o compromisso assumido pelos países que aderiram ao programa estava focado, primeiramente, em duas dimensões principais; o fomento a uma rede de colaboração/intercâmbio e a de criação e fortalecimento de políticas locais que tivessem as mesmas preocupações de valorização de práticas comunitárias. Como ilustra trecho de documento de criação da ação:

Los gobiernos que acepten integrarse en el Programa IBERCULTURA Viva y Comunitaria se comprometen a crear y aplicar políticas culturales de base comunitaria ya impulsar las iniciativas culturales ya existentes en sus países, cuyos proyectos e instalaciones se extenderán con nuevas capacidades para ampliar las posibilidades de hacer cultura y la acción continúa junto a las comunidades. Asimismo, los gobiernos tendrán que promover el intercambio de experiencias entre las instituciones gubernamentales y la sociedad civil de los países iberoamericanos, protegiendo y enriqueciendo las identidades, las diversidades y el valioso acervo cultural de Iberoamérica. Dicho intercambio de experiencias se realizará, básicamente, mediante la celebración de encuentros periódicos de gestores públicos,

⁵As Teias eram os encontros nacionais da rede de agentes culturais comunitários e organizações da sociedade civil envolvidas na execução da experiência brasileira do Cultura Viva.

así como también con el envío de representantes de las instituciones de la sociedad civil al resto de países participantes para realizar una pasantía (“residencia”) en instituciones homólogas (SEGIB, 2014, sp).

5. Análise de dados - histórico de operação do IberCultura Viva: exercício de diplomacia cultural e relações culturais internacionais

É imperioso sinalizar a dificuldade de analisar e ponderar efeitos sobre uma ação de cooperação internacional com múltiplos vínculos e enfoques. O objetivo, portanto, deste artigo ficou direcionado em analisar o histórico do Programa de Cooperação, com base em duas fontes principais: os informes PIPA - Programas, Iniciativas e projetos adstritos da cooperação Ibero-Americana entre os anos de 2014 e 2022, disponibilizados na plataforma <https://cooperacioniberoamericana.org/pt>; e, como segunda fonte e objeto de seleção de informações complementares destacam-se as reuniões do conselho intergovernamental do IberCultura Viva, que se reuniu anualmente e possui seus registros disponíveis em: <https://iberculturaviva.org/atas/>.

Por meio da análise das fontes, destacam-se alguns elementos fundamentais para a compreensão histórica. A primeira é em relação ao grupo formador do programa e ao rol de países envolvidos ao longo deste percurso. É interessante ponderar uma certa flutuação, por exemplo, nove países fizeram o movimento de apoio a criação do Programa, são eles: Brasil, Argentina, Bolívia, Costa Rica, Chile, El Salvador, Espanha, Paraguai e Uruguai. No entanto, a Bolívia acabou não compondo o desenho inicial, ao qual se somou o México. Tal desenho se manteve nos primeiros três anos do programa, ao final dos quais, em 2017, o Paraguai se retirou e Equador e Guatemala se juntaram ao grupo. Em 2020, uma nova mudança com a entrada da Colômbia e a retirada da Guatemala. Atualmente, o programa é composto por Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Espanha, México, Peru e Uruguai.

Em segundo aspecto, cruzamos a análise desta flutuação de países que compuseram o grupo em conjunto com o histórico dos estados-nação que ocuparam a unidade técnica a presidência do IberCultura Viva e o comitê executivo, conforme apresenta tabela a seguir:

Tabela 1 – Presidência e Comitês Executivo do IberCultura Viva, 2014-2023

	Presidência \Unidade Técnica	Comitê Executivo
2014 - 2016	Brasil	Costa Rica e Chile
2017-2020	Argentina	El Salvador, Peru e Brasil
2021-2023	México	Chile, Colômbia e Costa Rica

Fonte: Elaboração própria com base nos documentos oficiais.

Estes dois aspectos nos sinalizam o escopo de atuação de diálogo do programa de cooperação, bem como o protagonismo de alguns desses países ao longo do processo. O Brasil ficou marcadamente na fundação/criação da proposta derivada da experiência exitosa ofertada no país. Sendo, posteriormente, substituído pela presidência argentina que também se destacou não apenas em oferecer políticas de base comunitária na mesma chave do Cultura Viva, como sendo um dos primeiros países a criar sua política de “*puntos de cultura*”, seguindo a agenda política levantada pelo Brasil.

É possível visualizar que o Brasil ocupa um protagonismo importante não apenas no primeiro triênio, por ter sido o estado-nação proponente, como por ter se mantido na presidência e posteriormente no comitê executivo do programa. Contudo, a análise das atas evidencia que o país perde, em especial a partir de 2017, esta centralidade na gestão do IberCultura Viva, muito possivelmente por também ter como gestão federal perspectivas políticas que não vislumbravam no campo cultural locus importante de investimento público. Uma comparação importante é que o orçamento nacional para a Política Nacional de Cultura Viva manteve-se em valores muito baixos no mesmo período. O país perde espaço na diplomacia cultural e não incentiva as relações culturais internacionais. Outro dado importante neste contexto é o impacto das mudanças ocorridas nas gestões majoritárias e a diferenciação de ênfase ao tema da cultura e relações internacionais. Algo que já fora presente na gestão de Dilma Rousseff, entre 2011 e 2016, mas que se acentua após seu impedimento e a chegada de Michel Temer, entre 2016 e 2018.

No que tange à análise orçamentária do programa, uma visão mais transversal é oferecida abaixo com o montante total do fundo em cada um dos anos de funcionamento:

Tabela 2 – Aportes orçamentários no programa IberCultura Viva 2014-2022

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Aportes em (dólares americanos)	160.222	501.991	410.427	457.607	619.005	592.767	580.835	621.613	384.900

Fonte: Elaboração própria com base nos documentos oficiais

No que tange ao desenho macro do fundo de sustentabilidade do programa, há um movimento de crescimento na acumulação nos primeiros anos de implementação, com ênfase entre 2014-2015 e 2017-2018. Tal cenário sofre alterações marcantes no ano de 2022, provavelmente pelo impacto da pandemia de Covid-19. Neste quesito, ressalta-se a mudança na gestão orçamentária da OEI para a SEGIB, conforme trecho da ata VI Reunião do Conselho Intergovernamental, realizada em Montevidéu (Uruguai), em maio de 2017.

Los/las representantes acordaron la transferencia y administración del fondo de IberCultura Viva de la Organización de los Estados Iberoamericanos - Oficina Regional Brasilia a las Secretaría General Iberoamericana SEGIB, Oficina Subregional Cono Sur. Se solicita a SEGIB la formalización de este acuerdo en el menor plazo posible y a la OEI que realice los compromisos pendientes y los pagos hasta el 30 de junio de 2017, previo al traspaso del fondo. Los/las miembros de este consejo agradecen a OEI por el trabajo realizado y su contribución a la implantación y consolidación del programa. Se agradece también a la SEGIB asumir la administración del fondo IberCultura Viva y el compromiso asumido en la colaboración técnica con el programa.

Este percurso analítico também permite ponderar que esses anos de atuação do programa foram evidenciados por duas frentes principais: a primeira na dificuldade de estruturação do programa e da unidade técnica. Em especial, pelas mudanças políticas ocorridas no Brasil e na Argentina, que podem ser tomadas como arrefecimento de agendas políticas de incentivo a políticas culturais, com especial ênfase nas de base comunitária. O segundo aspecto dá conta da tentativa de arregimentação da rede de base comunitária via fomento a eventos e a articulação da própria rede, que a esta altura já tinha interações transnacionais bastante fortes.

Entende-se que o objeto retratado aqui acende a importância de perceber a cooperação cultural internacional como um dos elos do direito à cultura. Como postulou a "Declaração de Princípios de Cooperação Cultural Internacional" publicada em 1966, entendendo-a como “um direito e um dever de todos os povos e de todas as nações, que devem compartilhar o seu saber e os seus conhecimentos” (1966, p. 9). Reforça-se, com isso, o argumento de que o

objeto de estudo aqui tratado dialoga de maneira bastante interessante com a projeção que o Brasil cunhava de sua atuação no cenário internacional. Especialmente direcionando sua prática para interlocuções voltadas à autonomia dos agentes e processos, buscando pontes mais profícuas com a América Latina. Neste sentido, reforça-se, na dimensão proposta por Frank (2012), o quanto a ação empenhada via cooperação internacional oferece pontes para a política externa de cada um dos países envolvidos. Afinal, como destaca Clarice Ferreira Menezes (2015, p. 43):

No campo das Relações Internacionais, a análise da manipulação de fatores culturais pelos Estados como mecanismo de projeção de poder tem ocupado, até o presente momento, um lugar periférico, como destacam alguns autores (RIBEIRO, 1989; NYE, 2002, 2004; MONTIEL, 2009). No campo estritamente da História, percebe-se que não apenas a análise da história cultural tem se apresentado como um campo extremamente profícuo para a pesquisa, como também os seus parâmetros têm sido importantes para a compreensão sobre a utilização política que se faz da própria história cultural.

Exatamente por isso, a observação atenta de casos como o retratado neste artigo é mecanismo interessante por vincular o debate de política externa com desenhos contemporâneos de políticas culturais que justamente colocam em questão a relação entre Estado e grupos sociais comunitários, como o caso dos partícipes da Política Nacional de Cultura Viva e de muitos dos programas e organizações sociais financiados pelo Programa IberCultura Viva.

Ressalta-se, com isso, que a experiência empreendida por esta ação de cooperação internacional reforça o mútuo benefício entre países, facilitando e/ou arregimentando intercâmbios e interações socioculturais inclusive já existentes. Postula valores de incentivo ao bem-viver, à valorização de práticas ancestrais, ao diálogo com os territórios e ao pertencimento de sujeitos a suas localidades.

Pode-se considerar que, enquanto norteador macro, o programa Cultura Viva e o Cultura Viva Comunitária apontam/objetivam o fortalecimento da autonomia dos sujeitos, numa perspectiva de que as políticas públicas devem ultrapassar a dimensão de incluir os agentes da sociedade como beneficiários, na direção de tê-los como partícipes que possam, inclusive, participar nas formulações das políticas, em especial neste setor. Tal postura coaduna com a necessidade de rupturas com hegemonias construídas em relação à América Latina e demais regiões periféricas, ruptura com o que Aníbal Quijano (2000) identifica como colonialidade do poder, processo que legitima as hierarquizações entre civilizações (e que repercutem também internamente, cremos, entre sujeitos e diferentes esferas no interior de uma mesma nação).

Fruto do colonialismo e sua dominação ideológica e simbólica, muitos países e grupos sociais foram submetidas à supremacia da cultura racionalista sedimentada sobretudo em alguns centros da Europa e América do Norte, ao que Walter Mignolo (2003, p. 31) alerta sobre a necessidade de se construir/consolidar outros paradigmas: “el pensamiento de un sujeto que no quiera que le den la libertad sino que quiera tomarla por sí mismo, construyendo su próprio proyecto em um paradigma outro”. A proposição de Mignolo corrobora a construção da autonomia, como viemos refletindo neste trabalho. Buscar políticas culturais para a diversidade é fortalecer a capacidade de protagonismo e participação de uma diversidade de grupos e sujeitos sociais. Como tão bem sinaliza Catherine Walsh (2005, p. 42), apoiada no pensamento de Quijano: “la colonialidad del poder instaló una diferencia que no es simplemente étnica y racial, sino colonial y epistémica”.

Considerações finais

Queremos aqui reforçar que as ações e políticas de cultura de base comunitária, tanto no Brasil como na América Latina, podem contribuir com posturas e possibilidades de ruptura com a herança de subalternização que nos atinge, na direção da pavimentação e fortalecimento da dimensão público-política dos sujeitos sociais e de sua autonomia, do reconhecimento das diversidades sem atrofia e de práticas mais participativas.

Discutir o papel das políticas de cultura no enfrentamento dos desafios e na identificação de novas possibilidades e alternativas é fundamental nos processos nos quais vivemos e construímos o mundo. As relações de poder existentes são resultados e conformam práticas de atores heterogêneos, as quais são centrais para a compreensão das políticas públicas, e devem ser entendidas como modos interativos de dizer, de fazer e de pensar coletivos e correspondem a um agir plural que precisa ser mapeado e tensionado. Em outras palavras, as políticas públicas acontecem em rede, pois dependem do agir plural dos diversos sujeitos sociais envolvidos. A política e seus resultados, bem como seus efeitos inesperados, só podem ser compreendidos a partir das performances relacionais dos sujeitos sociais, indo na direção da construção de projetos de mundo pela via democrática (Mouffe, 1999). Assim, a atual retomada da PNCV e a recriação do Ministério da Cultura em 2023 tem o potencial de estimular criticamente o campo, seja junto aos agentes da gestão pública de cultura, seja junto aos partícipes da política de Cultura Viva. É preciso *desculturalizar* (Vich, [2014] 2022) a noção de cultura para que as políticas de cultura sejam mais amplas, inclusivas, integradas,

estruturantes, instituintes; enfim, políticas culturais que reforcem também universos éticos ampliados, maiores vínculos sociais e sociabilidades mais plenas.

Enfatizamos que a política Cultura Viva é um exemplo primordial não apenas pela sua capilaridade, mas pelo impacto não previsto na reflexão do campo sobre políticas públicas de cultura. É a partir dos seus debates, em conjunto com outras experiências, que se mergulha no conceito de política pública de cultura de base comunitária como um outro olhar para o setor e a saída para o investimento em organizações de impacto territorial evidente. Como já reportado, o ideário proposto na política Cultura Viva alcançou múltiplos lugares e interesses, possibilitando a ativação de uma rede com vários enfoques.

Referências

BRUNNER, José Joaquín. **La cultura como objeto de políticas**. Santiago de Chile: FLACSO, 1985. Programa n. 74, out. 1985a.

BRUNNER, José Joaquín. **A propósito de políticas culturales y democracia: un ejercicio formal**. Santiago de Chile: FLACSO, 1985. Programa n. 254, ago. 1985b.

CALABRE, Lia; LIMA, Deborah Rebello. **Do do-in antropológico à política de base comunitária - 10 anos do Programa Cultura Viva: uma trajetória da relação entre Estado e Sociedade**. *Políticas Culturais em Revista*, v. 2, n. 7, p. 6-25, 2014.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista**. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

FUENTES FIRMANI, Emiliano. **“Ibercultura Viva: cooperación cultural, gobierno, y organizaciones”**. In.: PRATO, Anna Valéria; SEGURA, María Soledad. *Estado, sociedad civil e políticas culturales - rupturas y continuidades en Argentina (2003-2007)*. Argentina: Caseros: REC Libros, 2018, p. 201-230.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Política cultural: conceito, trajetórias e reflexões**. [organizadores Renata Rocha e Juan Ignacio Brizuela]. Salvador: EDUFBA, 2019.

GARCÍA CANCLINI, Néstor (Ed.). **Políticas culturales en América Latina**. México, D.F.: Editorial Grijalbo, 1990.

GIL, Gilberto; MINISTÉRIO DA CULTURA. **Discurso de posse do ministro Gilberto Gil**. Brasília, 15 de janeiro de 2003. Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/xmlui/handle/20.500.11997/6330>. Acesso em: 01 mar. 2017.

LESSA, Mônica Leite; SARAIVA, Miriam Gomes; MAPA, Dhiego de Moura. **Entre o Palácio Itamaraty e o Palácio Capanema: perspectivas e desafios de uma diplomacia cultural no governo Lula**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

LESSA, Mônica Leite; SUPPO, H. R. **O estudo da dimensão cultural nas Relações Internacionais: contribuições teóricas e metodológicas**. Buenos Aires: FEUBA, 2004.

LIMA, Deborah Rebello. **As teias de uma rede: uma análise do Programa Cultura Viva**. Rio de Janeiro, 2013, 214f. Dissertação de Mestrado em História, Política e Bens Culturais – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.

LIMA, Deborah; RODRIGUES, Luiz Augusto. “**Culture stations: new typologies for cultural fostering – a Brazilian example**”. In: *Colonialisms, Post-colonialisms and Lusophonies – Proceedings of the 4th International Congress in Cultural Studies*. Aveiro: Programa Doutoral em Estudos Culturais ; IRENNE, 2014. p. 835-841.

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. **Direitos Humanos e Direitos Culturais**. 2007. Disponível em: Acesso:21 nov. 2017.

MENEZES, Clarice Cristine Ferreira. **Representações identitárias e projeção internacional: a diplomacia cultural brasileira (2003-2009)**. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

MIGNOLO, Walter. Um paradigma otro?: colonialidad global, pensamento fronterizo y cosmopolitismo crítico. In: **Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2003. p. 19-60.

MINC. PORTARIA Nº 156, DE 06 DE JULHO DE 2004 - **Cria o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA**. Disponível em: https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/biblioteca-cultura-viva/normativos/Portarian156_06.07.2004ProgramaCulturaViva.pdf. Acesso em: 09/10/2023.

MOUFFE, Chantal. **El retorno de lo político. Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical**. Barcelona: Paidós, 1999.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificacion social**. *Journal of World-Systems Research* – Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part I, v. 6, n. 2, p. 342-386, jun./set. 2000. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/view/228>. Acesso em: 06 out. 2023.

RIBEIRO, Edgar Telles. **Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira** – Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1989/2011.

RODRIGUES, Luiz Augusto. Puntos de cultura y juventud: estratégias de participación. **Anais do 1º Congresso Latinoamericano de Gestión Cultural**. Chile: Red Latinoamericana de Gestión Cultural, 2014. p. 1-10.

SEGIB. Secretaria-Geral Ibero-Americana. Iniciativa de Fomento de la Política Cultural de Base Comunitaria. **IBERCULTURA Viva y Comunitaria. 2014**. Disponível em: https://www.segib.org/wp-content/uploads/DOCUMENTO_FORMULACION_IBERCULTURA_VIVA.pdf. Acesso em: 17 fev. 2024.

TURINO, Célio. **Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

VICH, Víctor. **Desculturalizar a cultura: desafios atuais das políticas culturais**. *PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói, ano 5, n. 8, p. 11-21, mar. 2015.

VICH, Víctor. **Desculturalizar a cultura – teoria crítica e gestão cultural**. [tradução do original de 2014] Maricá: Instituto Grão ; Niterói: LABAC-UFF, 2022.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, conocimientos y decolonialidad. Perspectivas y convergencias**. *Signo y Pensamiento*, Bogotá, v. 24, n. 46, p. 39-50, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/article/view/4663> . Acesso em: 06/10/2023.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.